



EL OCASO DEL ANTIGUO RÉGIMEN EN LOS IMPERIOS IBÉRICOS

Capítulo 6



Scarlett O'Phelan Godoy / Margarita Eva Rodríguez García
Coordinadoras

Esta publicación es resultado del proyecto de investigación y desarrollo «El final del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos. Perspectivas comparadas y conectadas» (2013-2015), en el que participaron la Pontificia Universidad Católica del Perú, el CHAM – Centro de Humanidades de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidade NOVA de Lisboa y de la Universidade dos Açores (Portugal) y la Universidad Pablo de Olavide (España).

El ocaso del antiguo régimen en los imperios ibéricos

Scarlett O'Phelan Godoy y Margarita Eva Rodríguez García (coordinadoras)

De esta edición:

© Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017

Av. Universitaria 1801, Lima 32, Perú

feditor@pucp.edu.pe

www.fondoeditorial.pucp.edu.pe

© CHAM – Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Universidade dos Açores

Sede administrativa: Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal

cham@fcs.unl.pt

www.cham.fcs.unl.pt

Apoyo:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



El CHAM (NOVA FCSH – UAc) es financiado por la Fundação para a Ciência e Tecnologia a través del proyecto estratégico UID/HIS/04666/2013

Diseño, diagramación, corrección de estilo
y cuidado de la edición: Fondo Editorial PUCP

Imagen de portada: *Las cuatro partes del mundo*, de Juan Correa Sotomayor (Ciudad de México, hacia 1646-1716). Colección Museo Soumaya. Fundación Carlos Slim, Ciudad de México.

Primera edición: octubre de 2017

Tiraje: 500 ejemplares

Prohibida la reproducción de este libro por cualquier medio,
total o parcialmente, sin permiso expreso de los editores.

Hecho el Depósito Legal en la Biblioteca Nacional del Perú N° 2017-12988

ISBN (Perú): 978-612-317-299-2

ISBN (Portugal): 978-989-8492-54-8

Registro del Proyecto Editorial: 31501361701087

Impreso en Tarea Asociación Gráfica Educativa

Pasaje María Auxiliadora 156, Lima 5, Perú

HORIZONTES DE REFORMAS E LUZES: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA AMÉRICA PORTUGUESA

José Damião Rodrigues

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Centro de História

1. A HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA E A QUESTÃO DAS REFORMAS SETECENTISTAS

Alguma historiografia portuguesa e brasileira tem analisado as dinâmicas culturais nos reinados de D. José e D. Maria I partindo das reformas pombalinas, associando-as a uma concepção «moderna» e «ilustrada» da governação. Ora, no tocante à representação do marquês de Pombal como um «déspota esclarecido», talvez seja bom lembrar as palavras de Luís António de Oliveira Ramos que, em texto sobre o significado do reformismo pombalino, defendeu que este foi, antes de mais, uma *praxis*: «É uma praxis de mudança que anuncia o porvir» (Ramos, 1988, p. 28). Sublinhou, assim, que o reformismo activo e a vontade de mudança do pombalismo foram sobretudo um anúncio de futuro. Tendo em consideração «as limitações de abertura da modernidade do pombalismo» (Pereira, 2004, p. 135)¹ e a desconfiança do centro político face ao fermento de ideias e a princípios defendidos por autores conotados com o ideário iluminista, não será de estranhar que tenha sido somente após o afastamento do marquês de Pombal do poder e, sobretudo, depois da fundação da Academia Real das Ciências, em Lisboa, por aviso régio de 24 de Dezembro de 1779, que se manifestou em Portugal e no império o espírito iluminista.

A historiografia colocou entre os primeiros beneficiários da nova atmosfera intelectual os alunos que, em Coimbra, frequentaram a universidade reformada. Aí, foram alunos de distintos professores como Domingos Vandelli ou Alexandre Rodrigues Ferreira, e escolheram, nas suas trajectórias, vias que o Secretário de Estado

¹ O autor segue aqui a interpretação de José Maurício de Carvalho.

não teria aprovado (cf. Hespanha, 1998, p.167; Cardoso, 2005, p. 362). Com efeito, relativamente à reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), se esta marcou as mudanças nas estratégias intervencionistas da política pombalina para o ensino jurídico, não é crível que a reforma da Universidade de Coimbra tenha sido uma das prioridades de D. José desde o início do seu reinado ou sequer do Secretário de Estado, nem que o seu objectivo fosse o de erguer uma escola norteada pelo repertório de ideias ilustradas. Depois da expulsão da Companhia e de Jesus e no âmbito de uma estratégia de formação intelectual e académica dos agentes da monarquia, a reforma da Universidade de Coimbra configurou-se como um momento decisivo. Todavia, contrariamente a uma abertura a novos ideais, a reforma da instituição trouxe uma vigilância mais apertada sobre as leituras e a circulação de livros e ideias, procurando proteger a monarquia e o reino do vírus representado pelos pensamentos mais «revolucionários» da época. Tratava-se, afinal, de montar «a escola que melhor atendesse aos fins da política que as condições portuguesas reclamavam» (Carvalho, 1978, p. 116).

Como tivemos oportunidade de defender em texto anterior (Rodrigues, 2006), os eventuais elementos de modernidade do pombalismo encontram-se na sua inspiração cameralista² e na tentativa de romper com um modelo administrativo «passivo» e com o equilíbrio de poderes tradicional, impondo uma diferença enquanto estratégia política (cf. Wilson, 2004, pp. 1-26, *maxime* p. 8)³. Deste modo, para conseguir impor ao reino e ao império as mudanças e reorganizações desejadas, visando uma maior concentração de poder no pólo monárquico, Sebastião José de Carvalho e Melo recorreu a uma nova racionalidade governativa. Neste particular, não obstante as críticas que foram formuladas à sua teoria do poder, a grelha analítica concebida por Michel Foucault constitui um precioso instrumento auxiliar para pensarmos as reformas pombalinas, nomeadamente a distinção operada entre o «reformismo como prática política» e uma «prática política no pressuposto de que pode dar origem a uma reforma» e, seguidamente, os três conceitos foucaultianos de «formas de racionalidade» necessários a uma interpretação das relações de poder —estratégias, tecnologias e programas de poder—, alertando ainda o

² José Luís Cardoso considerou que, entre as inspirações doutrinárias e políticas que alimentaram um ambiente propício à mudança no contexto do reformismo iluminado que caracterizou a governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, devemos incluir o cameralismo austríaco-alemão (cf. Cardoso, 1997, pp. 119-135, *maxime* p. 127).

³ É ainda esta historiadora que, a propósito da «diferença», afirma que esta era «a political strategy rather than a verifiable descriptive category, a highly mobile signifier for power relations» (Wilson, 2004, p. 4).

autor para a diferença entre discursos, práticas e efeitos sociais⁴. Neste quadro, as reformas pombalinas constituíram então uma estratégia política, suportada por determinadas tecnologias (o direito, o corpo do oficialato régio, a informação recolhida) e aplicada mediante o recurso a um ou vários programas, adaptados às especificidades locais e materializados em discursos e práticas dos agentes. O que é igualmente interessante na proposta foucaultiana é que a sua conceptualização se prestar a analisar também as discrepâncias entre as intenções e os resultados, ou seja, a distância entre as ambições do legislador e os limites à implementação do projecto (cf. Gordon, pp. 229-259, *maxime* p. 248).

Podemos assim colocar a hipótese —que, em nosso entender, se aproxima mais do que terá ocorrido e colhe apoio em outros autores—⁵ de que as reformas operadas pelo ministro de D. José I não se manifestaram de imediato, nem vieram a produzir, em alguns casos, os efeitos pretendidos pelo legislador. Foi necessário que o então marquês de Pombal fosse afastado do poder no seguimento da morte do rei, em 1777, para que os beneficiados com os novos programas de ensino da Universidade de Coimbra ingressassem nas carreiras administrativas e jurídicas e, com base na sua formação e num enquadramento distinto, colocassem o seu saber ao serviço da monarquia, lançando um novo olhar sobre a geografia física e humana do império. Exemplo da produção gerada pelo novo programa de formação é toda a literatura de carácter estatístico e memorialista que se produziu por iniciativa da Academia Real das Ciências e que se destinava a elaborar um diagnóstico do estado da monarquia com vista ao seu progresso económico, social, cultural e moral. Alguns dos autores de memórias viajaram pela Europa ou pelo império em busca de novas informações ou com a missão de revelar as riquezas do mundo natural ultramarino.

Mas, como dissemos, não devemos exagerar o impacto da «modernidade» iluminista em Portugal ou a influência dos seus agentes nas práticas reformistas. Ao lado de cultores das novas correntes filosóficas e do pensamento económico e de promotores do progresso dos povos reunidos em salões e academias espalhados pelo reino e pelas conquistas, existiam, em maior número, acérrimos defensores de uma visão conservadora do mundo e de formas tradicionais de pensar e de fazer.

⁴ Para uma introdução ao pensamento de Michel Foucault e à sua teoria do poder, ver Gordon (1980); Simons (1995); Hindess (1997); e Widder (2004). De Michel Foucault, ver Gordon, 1980, pp. 134-145, *maxime* p. 143.

⁵ «A reforma de 1772 dos estatutos da Universidade de Coimbra foi outro dos elementos cruciais da acção política ilustrada de Pombal. Porém, só começou a surtir os seus efeitos numa fase em que o próprio marquês se tornou presa fácil dos seus inimigos políticos, após a morte de D. José, em 1777. Assim se explica que aqueles que primeiro beneficiaram da sua visão reformadora e que frequentaram os primeiros cursos da universidade reformada viessem a prolongar a sua trajectória política e económica por vias bem distintas das que Pombal havia trilhado» (cf. Cardoso, 2005, pp. 345-367, *maxime* p. 362 para a citação).

Assim, como antes, as distâncias, as inércias e as resistências da sociedade tradicional funcionaram como factores de bloqueio a um ideário de recorte ilustrado e a projectos reformistas, impondo limites humanos e geográficos à circulação e aplicação de novas ideias. Na nossa perspectiva, um factor essencial a ter em conta é o facto de não existir uma verdadeira esfera pública, um espaço público de debate antes do liberalismo. Como lembrou Nuno Gonçalo Monteiro, «os dispositivos de controlo criados por Pombal [...] acabaram ao mesmo tempo por ter efeitos catastróficos sobre quase todos os requisitos necessários para a constituição de uma «esfera pública» (cf. Monteiro, 2012, p. 28). Deste modo, em matéria de Iluminismo em Portugal, tivemos, conforme já afirmou José Esteves Pereira, «as Luzes possíveis» (Pereira, 2004, p. 139), que também foram levadas ao império ou que nos domínios foram cultivadas.

Como já outros autores sublinharam, foi no âmbito das academias enquanto espaço de sociabilidade letrada que se pensou e imaginou um novo mundo possível. Ainda na primeira metade de Setecentos, em 1736, tinha sido fundada no Rio de Janeiro a Academia dos Felizes. Duas décadas mais tarde, em 1759, foi criada a Academia Brasílica dos Renascidos, a qual tinha o projecto de elaborar uma «Historia Brazilica». A partir do final do período pombalino, a primeira das novas academias criada no Brasil foi a Academia Científica do Rio de Janeiro, fundada em 1772. Embora não tenha tido uma vida longa —acabou em 1779—, ajudou a promover a difusão de novos géneros para exortação. Outra instituição similar, a Sociedade Literária, não teve melhor sorte (1786-1794) (Cf. Beirão, 1934, pp. 243-244; Schultz, 2008, p. 225; Lima, 2009). Em contrapartida, afirmou-se a importância dos conhecimentos de geografia e de história natural para um melhor conhecimento das potencialidades económicas dos domínios e uma mais sistemática reforma do império, nomeadamente no plano financeiro. Neste quadro, a botânica era um dos saberes mais importantes, pois a identificação de novas plantas e das suas qualidades era essencial para a agricultura, a farmacopeia e o comércio.

Desde o início da expansão europeia que a descrição gráfica, pela palavra e pelo desenho, de espécies exóticas foi um tópico sempre presente, a par do envio para as cortes principescas de exemplares dos mundos mineral, vegetal e animal, animais que, vivos ou mortos e conservados de algum modo, saciavam a curiosidade europeia sobre os mundos outros que se iam revelando aos Europeus e que, transformados e incorporados em peças de joalheria, vinham a constituir peças de *status* e de aparato. Na viragem do século XVII para o século XVIII e durante a primeira metade de Setecentos, as coleções que reuniam *naturalia* e *mirabilia* foram-se tornando cada vez mais espaços de estudo e de conhecimento e alguns dos gabinetes de curiosidades que se haviam multiplicado pela Europa estiveram na origem de museus de história natural. Mas foi a partir de meados do século XVIII,

mais precisamente da década de 1760, que o envio de textos e de animais para a corte ganhou nova dimensão devido ao papel da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, primeiro com Francisco Xavier de Mendonça Furtado e depois com Martinho de Melo e Castro.

Coube a Domingos Vandelli idealizar o Museu de História Natural e Jardim Botânico, projecto que se iniciou ainda na década de 1760. Nesse sentido, o naturalista concebeu o modo de efetuar o inventário da natureza, destinado a organizar a recolha das amostras que viriam a constituir o espólio da instituição, e redigiu «o mais importante guia para as viagens filosófica», embora outros membros da Academia Real das Ciências, como José António de Sá, tenham igualmente escrito e publicado as suas propostas para a redacção e organização das narrativas. Para além das iniciativas associadas ao projecto de um Museu de História Natural, a partir de 1783, os naturalistas partiram rumo aos domínios da monarquia: Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Goa⁶. A viagem filosófica encabeçada pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira e idealizada no Real Gabinete da Ajuda prolongou-se por nove anos (1783-1792), durante os quais a expedição percorreu os rios e os caminhos das capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, explorando, recolhendo e enviando para o reino os frutos e os desenhos —estes da autoria dos riscadores José Joaquim Codina e Joaquim José Freire— de uma intensa e esgotante pesquisa, que quase matava o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira. Mas também podemos referir os nomes, entre muitos outros, de João da Silva Feijó, Baltasar da Silva Lisboa ou o do italiano Carlos Julião, que serviu no exército português em Mazagão e no Oriente (cf. Ferreira, 1970; Pereira & Ferreira dos Santos, 2012).

As viagens filosóficas eram instrumentos ao serviço do poder, pelo que as expedições foram planeadas e patrocinadas pelo gabinete do Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, o qual, embora fazendo prevalecer os interesses estatais aos interesses científicos, se afirmou como «o principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial», destinadas aos Museus de História Natural de Lisboa e de Coimbra. O apoio do poder político era, de resto, fundamental para o sucesso das expedições e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, ao referir os patronos da viagem filosófica ao Grão-Pará em 1787, elencou expressamente o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o governador do Estado do Grão-Pará e o governador da capitania do Pará, aos quais haveria que acrescentar a colaboração das elites locais, ou seja, dos senados e dos militares. Desde modo, podemos compreender os motivos pelos quais, em 1795,

⁶ Para uma visão de conjunto, ver Raminelli, 2008; Domingues, 2012, pp. 133-301, e os artigos incluídos na secção «Poder, Informação e Imagens».

com a morte do Secretário de Estado e o acesso de Alexandre Rodrigues Ferreira a um ofício na Junta do Comércio, se assistiu a um recuo no patrocínio e financiamento das viagens filosóficas (cf. Raminelli, 2008, pp. 68-69, 131-133, 138-139, 229-231).

As «narrativas heróicas» das viagens fixadas em texto constituíam sistemas de produção de sentido, estabelecendo hierarquias e definindo valores. Na íntima associação entre expansão imperial e ciência emergente, a questão da soberania e do controlo dos territórios estava sempre presente como pano de fundo, pois, em contexto de competição imperial por espaços e recursos ultramarinos, todas as tecnologias —livros, relatórios, tabelas, desenhos, mapas— foram colocadas ao serviço de uma visão utilitarista e da apropriação da geografia e do mundo natural, primeiro pelo olhar dos naturalistas viajantes, depois pela palavra, finalmente pelo centro político. Aqueles que viajavam pela Europa ilustrada absorviam os exemplos que iam conhecendo e não hesitavam em escrever para a corte, expondo o seu pensamento acerca desta ou daquela matéria. Assim fez José Bonifácio de Andrada e Silva, formado em 1787 e protegido do duque de Lafões, o que lhe permitiu continuar uma carreira no campo da ciência. Citemos a carta que escreveu em Viena, a 10 de Outubro de 1796, endereçada a D. Lourenço de Lima e na qual desenvolveu o seu entendimento acerca da exploração de minérios e das minas em Portugal e nas colónias (cf. Silva, 2006, pp. 443-451). Esta preocupação, de resto, também foi visível na prática administrativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que promoveu visitas e inspeções e projectou a construção de uma fábrica de ferro no Brasil (Silva, 2006, pp. 90-91). E, tal como o ministro, também os letrados defenderam a articulação entre as diferentes partes do império, mormente no caso da aclimação e transplantação de plantas, conforme propôs o botânico Felix Avelar Brotero, que sugeriu a criação de um jardim botânico em Goa destinado a reunir plantas da Ásia destinadas a terras portuguesas e americanas, um projecto, de resto, que prolongava iniciativas anteriores no mesmo sentido (cf. Raminelli, 2008, pp. 264-265).

Na comunhão entre ciência e império, conhecimento e administração, não foram os naturalistas viajantes os únicos a produzir textos para o gabinete. Outros bacharéis, desempenhando funções nos domínios e conquistas, engenheiros-militares e homens da Igreja, a pedido e patrocinados pela coroa ou por sua própria iniciativa, viajaram e deram a conhecer a geografia e a riqueza botânica, zoológica e mineral de diversos territórios, com destaque para o Brasil. Neste contexto, algumas instituições, como o seminário de Olinda, desempenharam um papel de relevo na formação intelectual dos agentes ao serviço da monarquia. A fundação do seminário de Olinda ficou a dever-se à iniciativa do bispo natural do Brasil José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821), responsável, de igual

modo, pela redacção dos estatutos da instituição. Conforme a historiografia tem sublinhado, era intenção do bispo aplicar no seminário um modelo pedagógico e intelectual que prolongasse os estudos desenvolvidos no reino e que potenciasse o desenvolvimento da colónia. Este exemplo ilustraria como, ao lado dos bacharéis e dos militares, também elementos do clero teriam sido agentes activos da introdução no Brasil de um pensamento mais alinhado com o ideário iluminista. Homem do seu tempo, porém, o bispo Azeredo Coutinho espelhou as contradições e as tensões que marcaram o Iluminismo tardio no império luso-brasileiro e que, de algum modo, contribuíram para bloquear alguns projectos mais inovadores. Se alguns souberam ver a indignidade da exploração do trabalho escravo e defender o trabalho livre e assalariado, o bispo Azeredo Coutinho, autor de importante obra de Economia Política, continuava a defender o tráfico de escravos e, em 1798, publicou em Londres uma defesa do trato negreiro (cf. Neves, 1995, 2000; Schultz, 2013).

2. UM PROGRAMA REFORMISTA E ILUSTRADO:

D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO

O exemplo do bispo Azeredo Coutinho expõe a coexistência de valores que, para as sociedades do início do século XXI, são antagónicas e inconciliáveis. Trata-se, afinal, de uma chamada de atenção para o facto de estes homens, com uma formação e uma atitude em muito distintas das de gerações anteriores, não estarem totalmente despojados dos valores próprios de uma sociedade corporativa do Antigo Regime. Desde logo, fazemos notar que os bacharéis, nomeadamente os luso-brasileiros, que encontramos a participar nas expedições buscaram a recompensa da monarquia para o seu esforço e dedicação. A mercê podia revestir a forma de um ofício, uma tença, um hábito. Domingos Vandelli e Alexandre Rodrigues Ferreira receberam o hábito da Ordem de Cristo em 1793 e 1794, respectivamente. Outros bacharéis e naturalistas receberam igualmente a distinção de um hábito, como o matemático António Pires da Silva Ponte Lemos, natural de Minas Gerais e ao serviço da coroa desde 8 de Janeiro de 1780, ou o mais conhecido José Bonifácio de Andrada e Silva.

Por outro lado, não existindo, como vimos, uma esfera pública nem um mercado consolidado de leitores, podemos entender como, mau-grado todo o empenho colocado pelo ilustrado e empenhado sucessor de Martinho de Melo e Castro na Secretaria de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na distribuição de livros, que eram enviados para os territórios da América, os mesmos acumulavam-se nos armazéns dos governos das capitanias, pois não eram comprados. Não existia, afinal, um público de leitores ávidos desses conhecimentos. Tal como no caso do império espanhol, muito do conhecimento acumulado e do material recolhido não se perdeu. Porém, à semelhança do que aconteceu com muita da informação

recolhida para a América hispânica (cf. Ponce Leiva, 1988, pp. XXIX-XXXV), o espólio resultante das viagens e expedições portuguesas acabou esquecido nos arquivos e armazéns das instituições da monarquia, o que impediu que houvesse uma efectiva contribuição para a transformação da ciência no século seguinte.

Não se tratava somente de falta de capital; era sobretudo a força da rotina, o peso da inércia, que venciam os mais entusiasmados promotores de reformas. Entre os quais figurou em posição de indiscutível relevo o citado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). De facto, de entre os actores políticos que podemos identificar como representantes do Iluminismo tardio e que melhor souberam captar o espírito do tempo salientou-se este diplomata e Secretário de Estado, espírito ilustrado, um dos primeiros leitores portugueses de Adam Smith e sob cuja égide foi implementado um vasto programa reformista que visava solucionar os problemas financeiros da coroa portuguesa e reorganizar o império, com especial ênfase no mundo luso-brasileiro⁷. Autor de diversos textos programáticos, nos quais expôs a sua concepção de uma política colonial, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um defensor dos princípios da unidade política do império, cujo centro estava na Europa—Portugal—, e da subordinação económica de cada domínio ultramarino à metrópole, que devia articular as partes do todo, combinando «os interesses do império» e promovendo a «recíproca vantagem» (Cardoso, 2001a, pp. 79-82).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho não foi um actor isolado. Integrou uma geração que viveu e pensou o império português e, sobretudo, o império atlântico em função do Brasil (Silva, 2004). Mas foi ele, sem dúvida, um dos principais ideólogos e obreiros de um sistema imperial luso-brasileiro. Neste sentido, o Secretário de Estado pensou e arquitectou um projecto para o império e, em particular, para o espaço luso-brasileiro, patente no seu texto de 1797 ou 1798, *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* (cf. Coutinho, 1993; Silva, 2002, pp. 63-72). O edifício político concebido por D. Rodrigo era, como as cidades-ideais do Renascimento, um império ideal, difícil de implementar na complexa conjuntura finissecular de Setecentos. Mas o ministro teve o mérito de pensar o espaço imperial português e de procurar dar-lhe coerência política, segundo os parâmetros de um ideário ilustrado. Para tal legislou e prolongou o trabalho de recolha e sistematização de informação iniciado décadas antes⁸. Rodeado por

⁷ Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver, por todos, Silva (2002, 2006). Para uma análise do pensamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho aplicado ao império, ver Cardoso, 2001b e, em particular, Cardoso, 2001a.

⁸ Apesar de ter elaborado diversos projectos e promulgado muita legislação, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tal como os seus antecessores, não terá concebido um questionário e uma tipologia para a recolha de informação tal como podem ser encontradas para a América hispânica (cf. Ponce Leiva, 1988).

homens da sua confiança e apoiado na acção de bacharéis formados em Coimbra, muitos deles naturais das capitâneas brasileiras e que se afirmariam como referências intelectuais e políticas nas primeiras décadas de Oitocentos, aqueles a quem Kenneth Maxwell designou como a «geração de 90», D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitou relatórios e estudos a governadores e a senados municipais, procurou fomentar a agricultura com a introdução de novas técnicas e plantas e encomendou pesquisas mineralógicas.

Em todo este processo, os letrados naturais da América portuguesa e formados em Coimbra ou em universidades europeias, com conhecimentos de história natural e das ciências experimentais, ocuparam um lugar central, tal como fizeram os *criollos* na América hispânica, num esforço de divulgação e de reflexão que contribuiu para uma tomada de consciência identitária, como sugerem alguns autores (cf. Soto Arango, 1999). Todavia, no caso dos letrados luso-brasileiros, estes não pensaram a ruptura com a monarquia portuguesa, ao serviço da qual percorreram uma trajectória relevante, antes e ainda depois da viragem de 1807-1808. Escreveram e publicaram inúmeras obras e constituíram um dos mais importantes elos na linha de continuidade intelectual e reformista que podemos detectar entre as décadas finais de Setecentos e a década de 1820, apesar de muitas das suas propostas não terem sido implementadas (Dias, 2005)⁹. A conjuntura agitada de inícios de Oitocentos e as inércias tradicionais que caracterizavam as sociedades de Antigo Regime, nomeadamente nas periferias do império, para isso contribuíram.

3. REFORMAS E LUZES NA AMÉRICA PORTUGUESA: UM ESTUDO DE CASO

Feitas estas considerações gerais sobre o Iluminismo tardio e as condições objectivas de aplicação do que poderíamos chamar o programa reformista de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tomemos como espaço de observação —um «estudo de caso»—, concretamente o Estado do Grão-Pará e Maranhão, focando a nossa atenção em momentos e personagens chave das reformas no norte da América portuguesa.

Numa avaliação da presença portuguesa no continente americano, o historiador português Jaime Cortesão considerou que, após 1640, a América portuguesa viveu uma situação de «polarização colonial» em torno do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão (cf. Cortesão, 1971, p. 22). Se eventualmente esta afirmação pode ser matizada, não deixa de remeter para o que os actores históricos já sabiam no século XVII, ou seja, que, devido a condições naturais, eram difíceis as ligações entre o

⁹ Sobretudo «A interiorização da metrópole» (pp. 7-37) e «Aspectos da ilustração no Brasil» (pp. 94-100).

Maranhão e o Estado do Brasil¹⁰. Trata-se, em suma, de um alerta para a tentação de se generalizar uma perspectiva uniforme sobre a América portuguesa e a sua integração territorial em meados de Seiscentos —ou mesmo em Setecentos— ao definir a existência de dois *clusters* ou «arquipélagos» de colonização¹¹.

No caso dos territórios a norte, importa recordar como é que um conhecedor da sua geografia física e humana, o padre António Vieira, definiu o Maranhão e o Pará. Em carta dirigida a D. João IV, escrita no Maranhão e datada de 4 de Abril de 1654, afirmou, numa referência explícita à situação vivida em La Rochelle durante os conflitos religiosos em França: «O Maranhão e o Pará é uma Rochela de Portugal, e uma conquista por conquistar, e uma terra onde V. M. é nomeado, mas não obedecido» (cf. Vieira, 1997, I, p. 406). De facto, na segunda metade do século XVII, as regiões setentrionais estavam ainda escassamente povoadas pelos Portugueses e, como tal, a conquista não estava verdadeiramente integrada na monarquia portuguesa. Perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres no Maranhão, desde a expulsão dos Franceses que a solução encontrada consistiu no recurso a gentes das ilhas dos Açores e da Madeira, o que tornou a acontecer nos séculos seguintes. No entanto, apesar dos esforços da coroa, os resultados alcançados podem ser considerados frustrantes. Ao longo do último quartel de Seiscentos, os problemas da colonização portuguesa da bacia amazónica permaneciam os mesmos de décadas antes e o Maranhão e o Pará continuaram a ser espaços marginais no contexto da América portuguesa e a apresentar um baixo índice de povoamento branco e de controlo do território.

O panorama acima descrito situa-nos perante alguns dos problemas que se colocavam às colonizações ibéricas nas Américas, em geral, e à portuguesa, em particular. Para além da imensidão do espaço que se pretendia povoar e dominar —e que não era um espaço vazio, pois existiam populações autóctones nesses territórios—, o desconhecimento da geografia, a ausência de integração entre jurisdições distintas e a escassez de recursos humanos e materiais constituíram obstáculos de monta que, a somar a outros factores, perturbaram ou bloquearam muitos dos projectos reformistas emanados da coroa. É sobre alguns destes limites que as páginas seguintes pretendem lançar luz.

Devido à importância estratégica e económica da foz e bacia do Amazonas, após a conquista de São Luís aos Franceses, em 1615, afigurava-se como tarefa prioritária a consolidação do domínio português na região, quer assegurando a

¹⁰ O Estado do Brasil era uma unidade política e administrativa com um governo distinto do Estado do Maranhão e Grão-Pará, como veremos.

¹¹ Veja-se a análise da geopolítica portuguesa na América do Sul, distinguindo os dois espaços, em Martinière, 1991.

defesa do litoral, quer fixando núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. No primeiro caso, em 1616, foi edificado o forte do Presépio, na foz do Amazonas, «sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém», nas palavras do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis (1959, p. 16). Complementarmente, face às dificuldades de comunicação que existiam entre o Maranhão e a sede do governo da colónia, em São Salvador, em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís do Maranhão, e em 1624, por alvará de 21 de Março, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi separado do Estado do Brasil.

A presença de pólos de colonização distintos e concorrentes na América do Sul originou tensões e conflitos entre as monarquias europeias, sobretudo entre as ibéricas, mas obrigou também ao diálogo no sentido de se fixarem as áreas de jurisdição de cada uma. Nos casos de Portugal e Espanha, após anos de complexas negociações, o Tratado de Madrid, assinado a 13 de Janeiro de 1750, estabeleceu os limites meridionais entre os territórios das monarquias ibéricas na América do Sul. Na bacia do Prata, Portugal cedeu a colónia do Sacramento e recebeu os territórios dos «Sete Povos das Missões», na bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai; na bacia amazónica, estabeleceram-se as linhas de demarcação que iriam separar os confins dos domínios ibéricos naquela região e cuja disputa se prolongava desde a centúria anterior¹². Mas se já fora difícil argumentar e negociar até ser possível materializar um acordo sob a forma de tratado, a aplicação no terreno revelar-se-ia ainda mais árdua devido quer ao desconhecimento do território, quer aos diversos tipos de resistência colocados em prática pelos actores no terreno, os missionários e os índios das missões.

Responsável pela política externa da monarquia portuguesa e, enquanto tal, pela implementação do acordado no Tratado de Madrid, o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo teve de garantir que nos territórios portugueses da América, no Norte e no Sul, o que fora assinado era executado. Para a fronteira meridional, esse esforço foi confiado a Gomes Freire de Andrade, que, não sendo um homem do Secretário de Estado, tinha reconhecidamente uma larga experiência do Brasil. Governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, foi ainda nomeado mestre-de-campo general para o efeito

¹² Sobre o conflito entre Portugal e Espanha no Rio da Prata e sul do Brasil, bem como os antecedentes do Tratado de Madrid, ver Pombo (s.d., pp. 457-492); Cortesão (2006); Almeida (1990); Santos (1997, em especial os textos de Walter F. Piazza, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Jean-Yves Mérien); e Magalhães (1998, 10-14, 29-34). Para consulta do texto do tratado, ver *Tratado de Limites das Conquistas entre Os muito Altos, e Poderosos Senhores D. João V. Rey de Portugal, e D. Fernando VI. Rey de Espanha, Pelo qual Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesillas de 7. de Junho de 1494., se determina individualmente a Raya dos Dominios de huma e outra Corôa na America Meridional. [...]*, Oficina de José da Costa Coimbra, Lisboa, 1750.

com «autoridade absoluta» (Sá, 1754, p. 87). Quanto ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Secretário de Estado e a quem tinha sido confiado o governo do território com o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assumir a direcção do processo. Ambos foram nomeados Principais Comissários e Plenipotenciários com amplos poderes para efeito de aplicarem o disposto no Tratado dos Limites nas suas áreas de jurisdição, que, embora muito distantes entre si, faziam parte da mesma monarquia e configuravam-se então como dois palcos onde a acção decorria de um mesmo propósito: demarcar as fronteiras e afirmar a autoridade da coroa.

Deste modo, no contexto geopolítico de meados de Setecentos, o Maranhão e o Pará mereceram uma particular atenção por parte da monarquia portuguesa, que se preocupou em dinamizar a ocupação humana daquele território. Desde o início da década de 1750 que assistimos à execução, por parte da coroa, de uma política de incentivos ao transporte de colonos para o Estado do Grão-Pará. Em 1751, nos Açores, em paralelo com os contingentes migratórios que seguiam para o Brasil meridional, encontravam-se alguns casais «que se tinham alistado para irem para o estado do Pará e Maranhão»¹³. As Instruções régias de Maio de 1751 para Francisco Xavier de Mendonça Furtado dão conta da necessidade de se proceder com a maior brevidade à instalação daqueles casais¹⁴. É que, se a região amazónica era rica e o comércio das «drogas do sertão» podia alimentar os cofres da Fazenda Real, os recursos dos locais eram escassos e, ademais, o Estado do Grão-Pará e Maranhão carecia de gente que o povoasse. Notemos que os primeiros contingentes idos das ilhas chegaram em 1751, antes mesmo de o governador tomar posse. Este cuidou de atender às suas necessidades desde o primeiro momento. Os ilhéus participaram na colonização das vilas de Bragança e de Ourém, nas margens dos rios Guaçu e Caeté, mas, apesar de habituados ao rigor de uma vida dura, a falta de meios no sertão e o clima afectaram os ilhéus como já antes a outros Europeus. Francisco Xavier resumiu o problema de forma lapidar em carta ao irmão de 20 de Novembro de 1755, escrita no Arraial de Mariuá: «aquêl trabalho para que na nossa terra são precisos cinco homens são necessários nesta ao menos vinte» (Mendonça, 1963, III, p. 872).

Neste contexto de reorganização administrativa e de povoamento do território amazónico, a 2 de Outubro de 1754, depois de longos meses de preparação,

¹³ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), *Açores*, caixa (cx.) 3, docs. 45, de 29 de Maio de 1751; 46, de 26 de Junho de 1751; e 50, 18 de Fevereiro de 1752.

¹⁴ «Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão» (Mendonça, 1963, I, p. 29).

Francisco Xavier de Mendonça Furtado partiu de Belém à frente de uma frota composta por 23 canoas grandes, transportando mais de mil pessoas, na sua maioria índios¹⁵. Após 88 longos dias de viagem em canoa —viagem épica ou enfadonha, consoante o ponto de vista—, o governador e a sua expedição atingiram o arraial de Mariuá, que seria elevado a vila de Barcelos, no rio Negro (Mendonça, 1963, ii, pp. 615-631). O objectivo da missão era o encontro com os demarcadores da coroa espanhola, no seguimento do que ficara definido no Tratado de Madrid, firmado em 1750¹⁶. O comissário português esperou, cada semana com mais impaciência, mas a espera foi em vão. O governador e capitão-general acabou por partir de regresso a Belém a 22 de Novembro de 1756, sem nunca ter contactado com os representantes borbónicos. Porém, a viagem não se revelou totalmente infrutífera. Por um lado, permitiu confirmar a oposição dos religiosos e, em particular, a dos Jesuítas, à sua actuação, por via da recusa de apoio logístico e do fornecimento de víveres à expedição, o que vinha no seguimento de queixas contra o governador, entre as quais um longo memorial redigido pelo padre Gabriel Malagrida e apresentado à rainha-mãe D. Maria Ana de Áustria. Por outro, Francisco Xavier pôde reconhecer o território e a relevância geoestratégica da densa rede hidrográfica da bacia amazónica —«êste rio não é nada menos que a chave de tôdas as minas, a dentro do Brasil», escreveu a 12 de Julho de 1755 em carta para o Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva— (Mendonça, II, pp. 750-752) e tomou decisões ou fez aplicar providências régias que se revelariam de grande importância para a região. Quanto ao arraial elevado a vila, ficou onde o governador o deixara, em plena Amazónia, longe dos benefícios da civilização. Com efeito, logo em 1760, por ofício de 28 de Outubro dirigido ao novo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, precisamente Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Rio Negro, queixava-se da falta de papel e de mantimentos vindos da Europa¹⁷.

A vila de Barcelos seria uma base de apoio importante para a viagem filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e para o reconhecimento geográfico da região, nomeadamente no tocante à rede hidrográfica e aos contactos com vários dos grupos que compunham a população ameríndia da bacia amazónica¹⁸. No entanto, os problemas estruturais que impediam uma maior ocupação humana —entenda-se, com povoadores brancos— continuavam a existir, assim como os limites à sua plena integração no espaço «civilizado» da monarquia, apesar das

¹⁵ Destes, vários desertariam. Cf. AHU, CU, Brasil-Rio Negro, cx. 1, doc. 33, datado do Arraial de Mariuá, de 12 de Julho de 1755.

¹⁶ Sobre o Tratado de Madrid, ver Cortesão, 2006; Almeida, 1990.

¹⁷ Cf. AHU, CU, Brasil-Rio Negro, cx. 2, doc. 81.

¹⁸ Cf. AHU, CU, Brasil-Rio Negro, cxs. 2, 3, 4, 5, 6 e 7, *passim*.

tentativas introduzidas com o Directório dos índios e a multiplicação de pequenos núcleos urbanos (cf. Domingues, 2000; Coelho, 2005; Souza Junior, 2012, pp. 123-141, 233-287).

Às dificuldades de controlo e administração do vasto território, a monarquia portuguesa procurou responder com uma nova reorganização territorial, a divisão operada no Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772 com a criação de dois governos, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o do Maranhão e Piauí, materializada pela provisão de 9 de Julho de 1774. A nova configuração, justificada pela extensão e enormes distâncias, que prejudicavam os moradores do Maranhão quando estes tinham de recorrer às autoridades sediadas em Belém, articulou mais de perto espaços com maiores afinidades entre si, mas, no geral, não modificou o rumo da governação na região amazónica. No Grão-Pará e Maranhão, os sucessores de Francisco Xavier de Mendonça Furtado continuaram na linha do que havia sido a política implementada na década de 1750, com relevo para Manuel Bernardo de Melo e Castro. No plano económico, cresceu a produção de géneros como o cacau, o algodão e o arroz, estimulada pela acção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que criou as condições para a participação no comércio de novos agentes (cf. Santos, 2008, pp. 91-311; Schwartz, 1998, pp. 93-94; Junior, Souza Junior, 2012, pp. 297-317).

Interessa-nos agora recuperar o antigo arraial de Mariuá e situá-lo no seu contexto geográfico e histórico, pois, na nossa perspectiva, é um bom exemplo para podermos avaliar os limites das reformas no império, neste caso na bacia amazónica, na segunda metade do século XVIII. Com efeito, podemos colocar várias interrogações a este respeito a partir do exemplo da remota vila amazónica. Que horizontes de política e de império tinham aqueles que ali viviam, além dos governadores, das patentes militares e dos letrados? Que tipo de relação mantinham com a monarquia? E, de um modo geral, como se processava a politização do território? Qual o efectivo impacto do aldeamento dos ameríndios nesse processo, sendo conhecida a sua desconfiança relativamente ao mesmo?¹⁹ Por outras palavras, e no quadro de uma reavaliação da efectiva circulação de ideias, quais eram os limites humanos e geográficos dos projectos reformistas e do Iluminismo, da Ilustração?

Em relação aos problemas expostos, ou seja, os limites humanos e geográficos à implementação de reformas na América do Sul, os obstáculos continuaram a manifestar-se durante largas décadas. Na Amazónia, nos limites entre a capitania do Rio Negro e a província espanhola de Maynas, as dificuldades enfrentadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em meados do século XVIII mantinham-se

¹⁹ Cf. AHU, CU, Brasil-Rio Negro, cx. 1, doc. 43, de 26 de Maio de 1756; idem, cx. 2, doc. 89, de 3 de Março de 1761.

na viragem para o século XIX. Apesar das tentativas para se estabelecerem as demarcações entre as áreas de jurisdição portuguesa e espanhola, como ficara definido no Tratado de Madrid, de 1750, e, de novo, após avanços e recuos, nos Tratados de Santo Ildefonso (1777) e do Pardo (1778), a tensão e a conflituosidade entre as monarquias ibéricas no contexto dos jogos geopolíticos europeus de finais de Setecentos sobrepuseram-se a uma dinâmica de cooperação (Bastos, 2013). As populações locais, apesar de enquadradas pelos poderes imperiais que procuravam manifestar-se à escala local, ignoravam as linhas de fronteira que espíritos europeus ilustrados tinham concebido, embora com base em informações fornecidas por agentes americanos. O contrabando e a existência dos *go between*s demonstra a porosidade da fronteira e a incapacidade das autoridades para conhecer e controlar eficazmente —na sua óptica— os territórios das franjas e as sociedades de fronteira²⁰.

Convém não esquecer que a politização das sociedades de Antigo Regime nos trópicos, se assim podemos classificar um pequeno pólo urbano situado no interior da bacia amazónica, não era geral nem homogénea. Mesmo ao nível das elites, poucos eram aqueles que possuíam uma cultura informada pela leitura de autores europeus ou informação actualizada sobre os acontecimentos que tinham lugar para além das fronteiras do território em que decorria o seu quotidiano. Muita da informação que conformava o que se designaria mais tarde como opinião pública era, de facto, transmitida de forma difusa através de rumores e murmurações, nas estradas, nas ruas e praças, nas tabernas (Gaspar, 2008). No presente estágio da investigação, não dispomos de respostas para todas as perguntas colocadas. Pensamos, todavia, que as questões levantadas podem contribuir para o debate historiográfico em torno das dinâmicas reformistas e culturais no mundo ibérico europeu e americano do final do Antigo Regime e para o problema dos limites quer do reformismo, quer do iluminismo.

Um número significativo de letrados e oficiais da monarquia afirmaram-se como integrantes da plêiade de ilustrados luso-brasileiros que acompanhou a viragem do século XVIII para o século XIX e que, de vassalos do rei de Portugal, viriam a ser cidadãos brasileiros. Alguns, estudantes na reformada Universidade de Coimbra, foram promotores de projectos reformistas em prol da monarquia e do império luso-brasileiro. Neste quadro, muitos aclamaram a constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como José da Silva Lisboa, que saudou a nova configuração da monarquia como o fim do «sistema colonial» e uma oportunidade para «a renovação da monarquia portuguesa» (Kirschner, 2009, pp. 190-191). De igual modo, na construção do Estado-nação brasileiro, foram recuperados

²⁰ Para uma síntese da literatura sobre fronteira e zonas de contacto na América Latina, ver Prado, 2012.

e publicados textos produzidos pelos naturalistas e militares que viajaram pelos sertões brasileiros em finais de Setecentos. Se não contribuíram para gerar reformas, ajudaram a redescobrir uma geografia e uma história natural e a inventar uma identidade. Tratou-se, em suma, de retomar o sempre difícil projecto de construção e politização do território.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Luís Ferrand de (1990). *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Bastos, Carlos Augusto de Castro (2013). *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação para a obtenção do título de Doutor, São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (policopiado, versão corrigida).
- Beirão, Caetano (1934). *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Cardoso, José Luís (1997). Direito natural e despotismo legal: a ordem e o discurso fisiocrático em Portugal. En *Pensar a Economia em Portugal. Digressões Históricas* (pp. 119-135). Lisboa: Difel.
- Cardoso, José Luís (2001a). Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. En José Luís Cardoso (coord.), *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)* (pp. 63-109). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Cardoso, José Luís (coord.) (2001b). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Cardoso, José Luís (2005). Política económica. En Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)* (I, pp. 345-367). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, Laerte Ramos de (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Edusp.
- Coelho, Mauro Cezar (2005). *Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Directório dos índios (1751-1798)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: Universidade de São Paulo (policopiado).

- Cortesão, Jaime (1971). *O Ultramar Português depois da Restauração*. Lisboa: Portugália.
- Cortesão, Jaime (2006 [1950-1963]). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 2 tomos. Brasília-São Paulo: FUNAG, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Coutinho, D. Rodrigo de Souza (1993). Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). En D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)* (II, pp. 47-66). Lisboa: Banco de Portugal.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.
- Domingues, Ângela (2000). *Quando os Índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP.
- Domingues, Ângela (2012). *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. Lisboa: CHAM.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues (1970). *Viagem Filosófica às Capitânias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Vol I. São Paulo: Brunner.
- Gaspar, Tarcísio de Souza (2008). *Palavras no Chão. Murmurações e Vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: Universidade Federal Fluminense, policopiado.
- Gordon, Colin (ed.) (1980). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977, Michel Foucault*. Brighton: The Harvester Press.
- Hespanha, António Manuel (1998). *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. 2ª edição, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Hindess, Barry (1997). *Disertaciones sobre el poder. De Hobbes a Foucault*. Madrid: Talasa.
- Kirschner, Tereza Cristina (2009). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/PUC-Minas.
- Lima, Péricles Pedrosa (2009). *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1822)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- Magalhães, Joaquim Romero (1998). As novas fronteiras do Brasil. En Francisco Bethencourt y Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (III, pp. 10-42). Lisboa: Círculo de Leitores.

- Martinière, Guy (1991). A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). En Frédéric Mauro (coord.), *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750), Nova História da Expansão Portuguesa* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques Dir.) (pp. 91-261). Lisboa: Estampa.
- Mendonça, Marcos Carneiro de (1963). *A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759*. 3 tomos. S/l.: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2012). O «espaço público» e a opinião política na monarquia portuguesa em finais do Antigo Regime: notas para uma revisão das revisões historiográficas. En José Damião Rodrigues (coord.), *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime* (pp. 17-29). Ponta Delgada: CHAM.
- Neves, Guilherme Pereira das (1995). Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822). *Ler História*, 27-28, 75-102.
- Neves, Guilherme Pereira das (2000). Pálidas e oblíquas luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a *Análise sobre a justiça do comércio do regate dos escravos*. En Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Brasil: colonização e escravidão* (pp. 349-370). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Pereira, José Esteves (2004). Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino. En *Percursos de História das Ideias* (pp. 133-140). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pereira, Magnus Roberto de Mello & Rosângela Maria Ferreira dos Santos (2012). *João da Silva Feijó: Um homem de ciência no Antigo Regime português*. Curitiba: UFPR.
- Pombo, José Francisco da Rocha (s.d.). *Historia do Brazil (Illustrada)*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar.
- Ponce Leiva, Pilar (1988). Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control de espacio? En Francisco de Solano (ed.), *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias siglos XVI-XIX*. Madrid: CSIC.
- Prado, Fabrício (2012). The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America. *History Compass*, 10(4), 318-333.
- Raminelli, Ronald (2008). *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.
- Ramos, Luís António de Oliveira (1988). Projecções do reformismo pombalino. En *Sob o signo das «luzes»* (pp. 11-40). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Reis, Arthur Cezar Ferreira (1959). *A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPVEA.
- Rodrigues, José Damião (2006). «Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas»: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. *Tempo*, 21, 157-183.
- Santos, Fabiano Vilaça dos (2008). *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História para a obtenção do título de Doutor. São Paulo: Universidade de São Paulo (policopiado).
- Santos, Maria Helena Carvalho dos (coord.) (1997). *Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750)*. Comunicações apresentadas no XI Congresso Internacional Lisboa, 14 a 20 de Novembro de 1994. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII.
- Schultz, Kirsten (2008). *Sol oriens in occiduo: Representations of Empire and the City in Early Eighteenth-Century Brazil*. En Liam Matthew Brockey (ed.), *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World* (pp. 223-248). Basingstoke: Ashgate.
- Schultz, Kirsten (2013). Slavery, Empire and Civilization: A Luso-Brazilian Defense of the Slave Trade in the Age of Revolutions. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, 34(1), 98-117.
- Schwartz, Stuart (1998). De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. En Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (III, pp. 86-103). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sá, Manuel Tavares de Sequeira e (1754). *Jubilos da America, Na Gloriosa Exaltação, e Promoção do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Gomes Freire de Andrada [...]*. Lisboa: Oficina do Dr. Manuel Álvares Solano.
- Silva, Ana Rosa Clodet da (2004). Uma Monarquia nos Trópicos. A *visão imperial* subjacente à migração da Corte portuguesa: 1777-1808. *Cultura. Revista de História das Ideias*, IIª Série, XVIII, 91-119.
- Silva, Andréa Mansuy-Diniz (2002). *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Vol. I: *Les années de formation 1755-1796*. Lisboa-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Silva, Andréa Mansuy-Diniz (2006). *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Vol. II: *L'homme d'État 1796-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Simons, Jon (1995). *Foucault & the Political*. London/New York: Routledge.

Soto Arango, Diana; Miguel Ángel Puig-Samper & María Dolores González-Ripoll (eds.) (1999). *Científicos criollos e ilustración*. Madrid: Doce Calles.

Souza Junior, José Alves de (2012). *Tramas do Cotidiano: Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: UFPA.

Vieira, António, S.J. (1997[1970]). *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo (I, pp. 405-414). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Widder, Nathan (2004). Foucault and Power Revisited. *European Journal of Political Theory*, 3(4), 411-432.

Wilson, Kathleen (2004). Introduction: histories, empires, modernities. En Kathleen Wilson (ed.), *A New Imperial History: Culture, Identity, and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840*. Cambridge: Cambridge University Press.